

A LÍNGUA PORTUGUESA DE ULTRAMAR E O CONTATO LINGUÍSTICO

Maria da Conceição Reis Teixeira¹

RESUMO: *Trata do contato linguístico mantido entre os colonizadores portugueses e os africanos que foram trazidos para viver no Brasil na condição de escravizados durante o período colonial e pós-colonial, enfatizando as condições sócio-históricas que normalmente favorecessem a elaboração de línguas pidgins e línguas crioulas, fenômenos comuns as línguas transplantadas.*

Palavras-chave: Língua portuguesa; Contato linguístico; Línguas pidgins; Línguas crioulas.

1. INTRODUÇÃO

As diferenças entre a língua portuguesa falada em solo brasileiro e a falada no continente europeu podem ser percebidas quando um brasileiro ouve um homem ou uma mulher oriundo daquele continente falar. Há palavras que estão presentes em um território, mas que são desconhecidas do outro, bem como, há algumas marcas na estrutura morfossintática da língua falada em solo brasileiro que parecem ser específicas da língua “brasileira”.

Os especialistas que se debruçaram sobre o tema não têm opinião concessória, pelo contrário, uns falam em "influência", outros em "semicrioulização", outros em "crioulização", e há ainda outros que defendem a continuidade de uma deriva europeia (românica). O que se pode inferir a partir das leituras feitas até o momento é que, geralmente, essa relação foi concebida de forma unidirecional, indo das línguas africanas para o português, encarando-se as primeiras quase exclusivamente em relação à língua portuguesa e, ademais, sob um ângulo pejorativo, como um fator potencialmente danoso, suscetível de trazer prejuízo à integridade da língua herdada desde a época dos descobrimentos no século XVI.

Um dos pontos controversos que tem motivado as discussões neste terreno é se, no Brasil no período de implantação da língua e do contato estreito com as línguas africanas, houve ou não condições favoráveis para a elaboração de crioulos

No presente artigo, partindo-se do princípio de que a língua portuguesa falada em solo brasileiro apresenta características singulares que a distancia da sua matriz europeia, discute-se se estas diferenças podem ser atribuídas ao contato linguístico mantido entre os colonizadores portugueses e os africanos que para cá foram trazidos para viver na condição de escravizados durante o período colonial e pós-colonial e se houve condições sócio-históricas que favorecessem a elaboração de línguas pidgins e línguas crioulas.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia atuando no ensino de graduação e pós-graduação (Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens). Coordenadora dos projetos de pesquisa: “Edição e estudo de textos abolicionistas publicados em periódicos baianos. Líder dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Edição e Estudos de Textos - GEET / UNEB (Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPq). conceicaoreis@terra.com.br. Autora.

2. A TRANSPLANTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA AMÉRICA: AS ESTRUTURAS LINGÜÍSTICAS

A discussão em torno das questões que envolvem a formação do português falado no Brasil nasce praticamente paralela ao processo de transplantação da língua na América. Em 1540, na obra intitulada *Diálogo em louvor da linguagem*, o gramático João de Barros estabeleceu comparação da língua portuguesa ao castelhano. Estaria aí, portanto, fincado a pedra fundamental, trazendo para o bojo das discussões a língua falada na nação brasileira. Todavia, Lobo, em *Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil*, afirma que o debate sobre o português falado no Brasil iniciou na segunda metade do século XIX, motivado pelos ideais da Independência do Brasil e pelo movimento literário romântico.

Os intelectuais brasileiros filiados aos ideais do movimento romântico e modernista reivindicavam a independência do Brasil, não só econômica, mas, sobretudo cultural. E a língua sendo um dos principais componentes da cultura de um povo era um elemento central dentre “as bandeiras” defendidas pelos românticos e modernistas. Era necessária uma ruptura com a metrópole, não mais era concebível ser ao mesmo tempo explorados pela metrópole e continuar reproduzindo os modelos e padrões advindos do lado de lá do Atlântico. Falava-se em uma língua nacional, um produto genuinamente brasileiro, por conseguinte, foi inevitável a sua comparação com a língua falada em Portugal.

No universo linguístico, os pioneiros nesse debate são João Ribeiro com o livro *Língua Nacional*, Souza da Silveira com o trabalho *A língua Nacional e o seu estudo*, Antenor Nascentes com a obra *Idioma nacional*. Em 1936, Renata Mendonça publica *Português do Brasil*, em que, com argumentos fundados na geografia linguística, defendia a língua brasileira. Silvio Elia, em 1940, com o livro *O problema da língua brasileira*, Serafim da Silva Neto com *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, eram partidários da tese do conservadorismo, melhor dizendo, sob o rótulo nacional subsistisse o entendimento que a língua do Brasil era o português europeu.

O assunto continuou no centro das discussões e, em 1960, Celso Cunha debruça-se sobre a tese da unidade e do conservadorismo do português brasileiro. Em 1979, Silvio Elia, com o livro *A unidade linguística do Brasil*, retoma a crença na unidade da linguística do Brasil. Lobo, em *Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil*, assevera que:

O mito da unidade da língua popular está sendo progressivamente desmentido pelos atlas lingüísticos que se vão publicando. Ao contrário, o que eles começam a ensinar-nos é que a característica fundamental dos falares brasileiro reside no seu caráter vacilante, no seu acentuado polimorfismo. (LOBO, 1992)

Conforme pode ser depreendido da leitura dos autores que se debruçaram sobre o fenômeno língua portuguesa transplantada em território brasileiro, em momentos diferentes e, por vezes, no mesmo período, as hipóteses interpretativas se intercambiam entre duas posições antitéticas: inovação e conservação das estruturas linguísticas européias. Reiterando, há aqueles que defendem que a língua aqui falada é uma continuidade do português europeu, ou seja, fazem

uma interpretação conservadora do português falado no Brasil e outro grupo que advoga em prol de uma interpretação inovadora.

Uns e outros apresentam argumentos, com base em estruturas linguísticas, que sustentam em certa medida as suas hipóteses. De fato parece incontestável que, quando se estabelece comparação entre a língua falada de um lado com a falada do outro lado do oceano, apresentam, enquanto sistema linguístico estruturado, traços que os aproximam e traços que as distanciam.

A questão que se coloca parece ser de difícil solução. Contudo é plausível afirmar que a língua falada no território brasileiro é a língua portuguesa transplantada pelos portugueses, é tanto que um brasileiro, linguisticamente falando, compreende um português. Isso comprova que se trata de um único sistema linguístico. Destarte, não é aceitável afirmar que seja conservador, pois há peculiaridades na língua que só são específicas em cada lado do oceano.

3. CONTATO LINGUÍSTICO NO BRASIL: LÍNGUAS PIDGINS E LÍNGUAS CRIOULAS

Calvet, em *Sociolinguística: uma introdução crítica*, afirma que o mundo é plurilíngue em cada um dos seus pontos e que as comunidades linguísticas se costeiam, se superpõem continuamente, fazendo com que as línguas estejam em constante contato. O lugar desses contatos pode ser o indivíduo ou a comunidade.

O contato linguístico pode ser resultante de diversas situações. Pode ser advindo de uma comunidade bilíngüe em que os indivíduos são expostos a dois sistemas linguísticos diferentes, ou um indivíduo – um turista, por exemplo – se encontrar numa comunidade cuja língua não conhece, tendo que lançar mão de uma terceira língua para se comunicar e para interagir nessa comunidade que o recebe, ou pode ser um grupo em processo migratório que vai viver em uma comunidade cuja língua não domina, tendo que aprendê-la no ambiente de trabalho. Em uma ou em outra situação há o contato entre línguas e desse contato é inevitável que ocorra a interferência de um sistema linguístico no outro.

Quando o assunto tratado são os produtos advindos do contato linguístico entre as línguas africanas e a língua portuguesa não há consenso entre os especialistas (Esse aspecto será abordado no item três.). Entretanto, todos concordam que o contato linguístico entre grupos que, por razões diferentes, são obrigados a viver em uma comunidade cuja língua não domina pode resultar em duas situações, a saber: ou o grupo migrado, em consequência das circunstâncias e dos tipos de relações estabelecidas, é forçado a aprender a língua daqueles que ali vivem ou o grupo continua falando a sua própria língua e sendo bilíngües em situações específicas. São os fatores relacionados ao poder exercido do grupo dominante sobre o grupo dominado, bem como o número de falantes de ambos os sistemas linguísticos que vão conduzi-los em direção deste ou daquele sistema linguístico.

Para compreender o conceito de línguas pidgins e línguas crioulas, é fundamental primeiro discutir em que circunstâncias surgem a necessidade de uso de uma língua emergencial.

Afirmam os especialistas que são duas as situações que favorecem o desenvolvimento de uma língua franca. Uma situação comum é nas regiões de plantações. A necessidade de mão de

obra para o desenvolvimento da lavoura faz com que grupos humanos provenientes de rincões e de etnias diferentes sejam transportados para estas regiões. Por serem falantes de línguas diferentes são obrigados a encontrarem uma alternativa para manter as relações sociais e interpessoais. A alternativa viável é a elaboração de uma língua franca para alimentar essas relações.

Outra situação é originária do período denominado “as grandes descobertas” ou “grandes navegações”. Nesse período era comum o homem europeu, especialmente, portugueses, espanhóis e franceses lançarem-se ao mar para descobrir novas rotas e, conseqüentemente, novas terras, novos domínios. Nos primeiros contatos, nem homem europeu nem homem ameríndio sabia a língua do outro, em contrapartida, havia a necessidade de estabelecer a interação verbal. Uma forma de solucionar o problema de comunicação, normalmente, foi a elaboração de línguas francas, ou seja, línguas emergenciais, cujo principal objetivo era traçar de forma simplificada e rudimentar a interação entre os dois grupos étnicos para o fomento do comércio, por exemplo.

Perdurando as situações de contato esta língua franca poderá vir a desenvolver-se, formando línguas pidgins e línguas crioulas, conforme seja o tipo de relação e o tempo em que perdura tal situação de contato linguístico.

Baxter (1996) define línguas pidgins como sendo um gênero de língua reduzido, formado a partir do contato de línguas diversas. Segundo este especialista, o contato linguístico do grupo transplantado é prolongado e, em conseqüência, as necessidades comunicativas passam, gradativamente, a ser mais elaboradas em função da própria complexificação das relações estabelecidas entre os grupos envolvidos, resultando em um contínuo processo de negociação e acomodação linguística.

Em situações de contato linguístico em processo de colonização é comum o desenvolvimento de língua pidgins. Pelos motivos expostos acima, se estabelece uma relação entre dois grupos em que um terá que ir em direção da apropriação da língua do outro. De um lado têm-se um grupo heterogêneo do ponto de vista étnico, cultural e linguisticamente em condições desfavoráveis e do outro um grupo, de certa forma, coeso étnica, cultural e linguisticamente. O primeiro grupo possui sua língua (língua de origem), mas por uma questão de sobrevivência tem que aprender a língua do dominador (língua alvo) de oitiva, aprendizado assistemático processado no ambiente laboral e em condições adversas.

Nessa situação de contato poderá acontecer que a língua alvo venha a ser afetada pela versão que dela própria falam os nativos da língua de origem, ou pela própria língua de origem, sob condições de forte convivência e de reconhecimento da eventual importância da comunidade que muda. Mota (1996) defende que:

[...] a aquisição de uma nova língua é geralmente caracterizada pela criação de ‘terceiras hipóteses’, passageiras ou definitivas, de funcionamento de determinados subsistemas da LA, freqüentemente por influência da LO mas também por reanálises originais da gramática da LA em fase de apropriação. (MOTA, 1996, p. 512)

Nesse processo de pidginização, costuma ocorrer redução das complicações gramaticais, sobretudo de flexão e de concordância nominal e verbal, as estruturas são maximamente analítica

desprovidas de redundâncias e de ambigüidades e o léxico é reduzido, apresentando propriedades expressivas aumentada com o emprego de homonímia e circunlocações. Thomason e Kaufman (*apud* BAXTER, 1996) definem pidginização como sendo um processo de aquisição e criação em que os falantes simplificam as línguas em contato por estratégias de acomodação. Muhlhausler (*apud* MOTA, 1996) diz que “os pidgins são exemplos de certos aprendizados de língua não-materna, passando de sistemas mais simples a mais complexos à medida que as necessidades comunicativas se tornam mais prementes”.

Os falantes dessa comunidade tendem a tomar-se bilíngües, porque além da sua língua materna aprendem a língua do colonizador. A tendência é que ocorra o processo de aculturação, ou seja, apropriação da cultura do outro. Isso normalmente ocorre quando os falantes da língua de origem são numérica e socialmente pouco relevantes face ao grupo da língua alvo e, por razões diversas, os membros do grupo estão motivados para sua apropriação. Mota (1996) aponta o fato de serem minorias étnicas e linguísticas, de serem econômica e politicamente dependente e de ser o grupo social pouco influente como sendo algumas das condições que favorecem a apropriação da língua alvo pelo grupo dominado.

Baxter (1996) e Lucchesi (2003) apontam nove traços tipológicos que caracterizam estruturalmente as línguas pidgins. São eles: 1) estabelecimento do padrão SVO – ordem básica dos constituintes da oração; 2) mesma ordem básica de constituintes para declarações, perguntas e ordens; 3) expressão temporal e aspectual podem ser indicadas ou só pelo contexto ou por advérbio (posição externa a oração; posição anterior ao sintagma verbal; 4) ausência de morfologia flexional; 5) sistema pronominal reduzido; 6) uso reduzido de preposições e a relação é estabelecida pela seqüência dos elementos nos constituintes, pela semântica e pelo contexto; 7) sintaxe mínima e ausência de estruturas complexas; 8) a presença de palavras interrogativas bimorfêmicas; 9) organização do léxico reduzido a 200 ou duas mil palavras a depender de sua fase evolutiva.

O crioulo é uma língua nativa que surge em circunstâncias especiais. Trata-se do processo de aquisição de uma primeira língua com base num modelo de segunda língua defectivo. Pereira, em *O crioulo de Cabo Verde*, define crioulo como sendo:

[...] fenômenos lingüísticos que caracterizam a reestruturação de uma forma de linguagem deficiente, como é um pidgin, e a sua transformação numa língua plena, num crioulo. (PEREIRA, 1996, p. 555)

A dinâmica da elaboração de línguas crioulas dar-se-ia da seguinte forma, segundo Baxter (1996), na primeira fase, a segunda língua (língua alvo) seria usada de forma rudimentar, fragmentada e variável pelos falantes da língua de origem, nesse processo, a primeira língua (língua de origem) exerceria influência sobre o aprendizado imperfeito da língua alvo. Os escravos, por exemplo, adquirem fragmentos da língua de superestrato (língua alvo), criando um pré-pidgin, ou seja, um leque de soluções individuais. Em outro momento, dar-se-ia a cristalização da língua rudimentar (pidgin), tornando-se a língua comum da comunidade linguística em contato. Com o passar das gerações, os filhos dos falantes da língua de origem são expostos à língua criada e cristalizada no seio desse grupo.

Dizem os especialistas em crioulistica que a língua criada é mais viável socialmente, passando a ser a língua primária, ou seja, língua nativa, materna dos jovens nascidos e criados

nessa comunidade. Os filhos dessa comunidade de fala recebem modelos lingüísticos variados, caóticos e completos, usam esses modelos e, como falantes nativos, fazem intuitivamente a elaboração funcional e formal da sua língua nativa, elaborando, portanto, as línguas crioulas.

Pereira (1996), na tentativa de responder à pergunta como surgem as línguas crioulas, é categoria ao afirmar que:

[...] trazidos à força e às cegas das suas terras, os escravos, falando línguas diferentes, se viam obrigados, numa primeira instância, a aprender algumas palavras da língua dos senhores e a colá-las com gestos, para sua sobrevivência e cumprimento do seu destino de humanos. Também nenhum documento nos mostra como as gerações seguintes receberam de herança essa linguagem tão dependente do contexto e tão pouco econômica e funcional e, recorrendo a seu bioprograma para a linguagem, a souberam complexificar e expandir. (PEREIRA,1996, p.554)

Todos os teóricos lidos que tratam da questão são unânimes ao afirmar que o principal fator comum as línguas crioulas é o processo de aquisição e o desenvolvimento de uma primeira língua com base nos estímulos/modelos defeituosos de variedades de uma segunda língua. Entretanto, Baxter (1996), ao tratar do conceito de línguas crioulas, faz distinção entre línguas crioulas de plantação e línguas crioulas de fortaleza.

No primeiro caso tem-se o que a literatura especializada convencionou chamar de línguas crioulas exógenas, que são formadas por populações geográfica e culturalmente deslocadas por um grupo forasteiro para fundar uma sociedade nova. No segundo caso têm-se línguas crioulas endógenas. Formam-se esse tipo de línguas crioulas quando um grupo forasteiro invade ou penetra uma área multilíngüe e estabelece uma sociedade nova. Essa língua crioula é desenvolvida por uma população variada, associada cultural e economicamente com o grupo dominante, são normalmente constituídos de mestiços, escravos, trabalhadores contratados, comerciantes indígenas, indígenas conversos à religião do forasteiro.

No caso da gênese e o desenvolvimento dos crioulos exógenos, é considerada de fundamental importância a cronologia relativa de fatores relacionados com o desenvolvimento da composição lingüística da comunidade fatores como: a) a duração do período entre o estabelecimento do contato entre o grupo dominante e o grupo dominado e o momento em que a população do grupo dominado supera a do grupo dominante – o que os crioulistas costumam denominar de qualidade do material de superstrato; b) momento em que o número de pessoas da população do grupo dominado nascidas na colônia supera a população do grupo dominante. – um crioulo novo constitui um modelo significativo para as crianças e para os escravos recém-chegados.

Baxter (1996) e Pereira (1996) apontam como características das línguas crioulas treze tendências estruturais, transcritas a seguir: a) certos elementos da oração podem ser descartados através de uma regra sintática que coloca uma cópia do elemento em causa à cabeça da oração; b) o sistema de artigos compreende artigos definidos derivados de demonstrativo ou de outros pronomes e artigos indefinidos derivados do numeral “um”; d) o tempo, o modo e o aspecto são traduzidos por um sistema de partículas pré-verbais bem definidas; e) complementos realizados e não-realizados correspondem marcas específicas; f) existência de orações relativas sem relativizador; g) a partícula de negação ocupa a posição pré-verbal; tendência para aço-

ocorrência dessa partícula com sujeitos indefinidos; h) a “existência” e a “posse” são expressas por um mesmo lexema verbal; i) ausência do verbo copulativo; j) adjetivos da língua de superstrato podem adquirir o valor de verbos estativos; l) as orações interrogativas e declarativas têm a mesma estrutura; m) certas palavras interrogativas são bimofêmicas; n) inexistência da passiva; o) possibilidade de um verbo lexical adquirir a função de preposição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se neste artigo discutir se as diferenças entre o português falado em solo brasileiro e o falado no continente Europeu podem ser atribuídas ao contato linguístico mantido entre os colonizadores portugueses e os povos africanos que foram arrancados de sua nação para viver no Brasil na condição de escravizados durante o período colonial e pós-colonial. Para tanto se coligiu uma bibliografia vazada em língua portuguesa que abordasse o tema, especialmente MATOS E SILVA (2004, 2002), NARO e SCERRE (2008), CASTILHO (1992), CASTRO (2001, 2005), CÂMARA JR. (1977), ELIA (1979), LEITE (2004), (2003), SILVA NETO (1986) e TEYSSIER (1997), PETTER (2009), BONVINI (2008), MENDONÇA (1946), LUCCHESI (2003), dentre outros.

Constatou-se, na literatura que versa sobre a constituição histórica da língua portuguesa, que as concepções sobre a presença ou não dos aportes das línguas africanas nas estruturas linguísticas na língua transplantada no Brasil, bem como a intensidade e conseqüências do contato entre as línguas em pauta são divergentes e, por vezes, contraditórias. Entretanto, pode-se tecer algumas considerações à guisa de considerações finais.

Parece está distante de se chegar a uma conclusão sobre o grau de interferência linguística das línguas africanas sobre a língua portuguesa falada no Brasil, principalmente porque pouco se sabe a respeito dos primeiros anos do contato entre as duas culturas. Faltam documentos que atestem a presença das línguas africanas, o grau de contato, bem como o processo de apropriação da língua portuguesa pelos africanos e os diferentes estágios desse processo.

Para proceder a uma análise cuidadosa e fundamentada linguisticamente é necessário que se estude do ponto de vista estrutural as línguas africanas e suas variações. Além disso, é de importância capital que também se descreva as variedades de língua portuguesa usadas quando do processo de sua transplantação no continente americano. Acredita-se que só será possível mensurar o grau dos aportes das línguas africanas na língua portuguesa depois de um conhecimento profundo das estruturas das línguas envolvidas bem como de suas variedades, caso contrário, qualquer inferência não passa do plano das especulações.

REFERÊNCIAS

BAXTER, Alan N. Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro – divergências nas vertentes afro-brasileiras. *In: Revista Internacional de Língua Portuguesa*. (14). Dez/1995. p. 72-90.

BAXTER, Alan. Línguas pidgin e crioulas. In: FARIA, I. PEDRO, E. R.; DUARTE, I; GOUVEIA, C. A. M. **Introdução à linguística geral e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008a. p.15-62.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA JR., J. Mattoso. Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In: CÂMARA JR., J. Mattoso. **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975. p.71-87.

ASTILHO, Ataliba T. de. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. São Paulo: Ática, 1992.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Academia Brasileira de Letras, 2005.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos. In: MELLO, Linalda Arruda (Org.) **Sociedade, cultura e língua**. João Pessoa: Shorin, 1980.

ELIA, Silvio. **A unidade linguística do Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Ática, 1991.

LOBO, Tânia Conceição Freire. Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil, **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, Lisboa, v. 12, p. 9-15, dez. 1994.

LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso, **A cor das letras**, Feira de Santana, n. 3, p. 73-100, 2001.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil, **D.E.L.T.A.**, São Paulo, 17, v 1, p 97-130, 2001

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (orgs.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do galego-português: estudo lingüístico da Galiza e do nordeste de Portugal desde o século XII ao século XVI**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1986.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MELO, Gladistone Chaves de. **A língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão 1981 [1946].

MENDONÇA, Renata. **A Influência africana no português do Brasil**. Porto: Figueirinhas, 1946.

MOTA, Maria Antónia Coelho da. Línguas em contato. In: Faria, I; PEDRO, E. R. et al. **Introdução à linguística geral e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996. p.505-533.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). **Garimpo das origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

PEREIRA, Dulce. O crioulo de Cabo Verde. In: FARIA, I. PEDRO, E. R.; DUARTE, I; GOUVEIA, C. A. M. **Introdução à linguística geral e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996.

PRETI, Dino. **Sociolinguística: os níveis da fala**. 9.ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

ROUGÉ, Jean-Louis. A inexistência de crioulos no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 63 - 75.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença; INL, 1986. .

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. 7.ed. Lisboa: Sá da Costa,1997.